

Um exercício sobre nomes

Realizado por:

Rui Graça FEIJO

O nome é um bem simbólico que todos os indivíduos possuem. O momento em que é atribuído o nome a uma criança marca a sua admissão reguladora da atribuição de nomes, tanto dos nomes próprios como da formação do apelido. Jacques Dupâquier sugere que, nesses condições, "o estudo das práticas de atribuição de nomes pode-nos talvez permitir detectar a existência de regras tácitas, bem como de estruturas familiares mais ou menos escondidas" (1) porquanto se trata de uma prática social que combina um elemento de escolha individual com a aceitação de princípios de comportamento colectivo. Diria que o primeiro elemento talvez seja predominante na escolha do nome próprio, e o segundo que aqui nos vai ocupar no processo de formação dos apelidos.

Analisando o modo como cada apelido era formado a partir do(s) apelido(s) dos pais, ou mesmo de elementos de gerações anteriores, pode-se esperar encontrar um modelo que, na medida em que resulta de uma prática espontânea, poderá revelar alguns mecanismos do processo de reprodução familiar. Torna-se assim lícito encará-lo como um indicador de relações sociais subjacentes ao processo de formação dos nomes (sistema de parentesco; relações de autoridade, etc.).

O estudo da prática de atribuição dos nomes completos em sociedades do passado constitui igualmente um prerrequisito para qualquer ramo da historiografia que empregue o método de "nominal record linkage" (2) (cruzamento nominal de fontes), uma vez que é condição da

sua utilização a indentificação positiva dos indivíduos mencionados nos diversos documentos. Deve-se a Norberta Amorim o primeiro alerta aos historiadores demógrafos relativo aos problemas que a este respeito se deparam a quem lida com os registos paroquiais portugueses, bem assim como um interessante artigo em que discute algumas questões relacionadas com as práticas de identificação individual pelos nomes (3).

O exercício cujos resultados são aqui apresentados teve como objectivo contribuir tanto para a discussão das condições de utilização do método de cruzamento nominal de fontes como para o da caracterização sociológica da sociedade minhota do século XIX.

Em termos simples, consistiu nos seguintes passos:

a) Determinar, no universo de uma freguesia quais os nomes próprios e os apelidos existentes, e qual a frequência da sua distribuição. Para tal foram utilizados os "Livros de Registo de Fogos e Moradores" das 7ª e 8ª. Companhias de Ordenanças do distrito (militar de Antigo Regime) de Viana, referentes à freguesia de Carreço (4). Contaram-se aí

(i) Os nomes próprios de todos os indivíduos do sexo masculino (Tabela I).

(ii) Os apelidos de todos os indivíduos, de ambos os sexos, dados como chefes de família (Tabela II).

Já que nesses documentos só o registo de homens foi exaustivo, justifica-se a exclusão dos nomes de mulher do primeiro cálculo. Por outro lado, a consideração de um só indivíduo por fogo evita distorções introduzidas tanto pela dimensão dos fogos como por eventuais discrepâncias de registo das diferentes casas.

b) Analisar, através dos livros de registo paroquial, 100 casamentos realizados na mesma freguesia (5). Escolheram-se 50 de início e 50 de meados do século XIX (Tabela III). A escolha dos registos de casamento ficou a dever-se ao facto de nos assentos

de baptismo figurar apenas o nome próprio da criança (caso que se repete nos assentos de óbitos em grande porção dos que faleceram solteiros). Os assentos de casamento, porém registam simultaneamente os nomes completos dos noivos e respectivos pais, facilitando assim a obtenção dos resultados sobre que recairá a breve análise adiante exposta.

A apresentação das fontes que proporcionaram os dados empíricos utilizados neste exercício não ficaria completa se não fosse levado em linha de conta o processo da sua própria elaboração e o modo como podem condicionar a percepção da colectividade rural escolhida.

Como já foi afirmado noutro local, a elaboração de documentos como os registos paroquiais ou os livros de Ordenanças pressupõe que o seu autor procure espelhar tão fielmente quanto lhe é possível uma dada realidade que conhece de modo mais ou menos directo. Simultaneamente, esse seu conhecimento tem de "caber" em categorias formuladas por entidades exteriores à própria colectividade (aqui, as autoridades eclesiásticas e militares que conceberam o modelo dos documentos que manuseámos) (6).

No caso concreto que nos ocupa, ou seja, numa sociedade em que um dos traços característicos consiste no inter-conhecimento - todos os habitantes se conhecem entre si, em grau variável - as formas quotidianas de identificação (alcunhas, diminutivos, etc.) não se traduzem necessariamente no enquadramento burocrático dos documentos históricos (7). Estes, ao darem uma imagem "legal" não estão a falsear a realidade, mas não abarcam a riqueza de soluções práticas a que os indivíduos recenseados recorriam para resolver os problemas de identificação individual.

Destas considerações decorre o necessário cuidado com que se devem encarar as conclusões deste exercício (e proventura de outros que utilizem fontes idênticas).

Os resultados apresentados na Tabela I revelam a dificuldade de identificar positivamente os indivíduos pelo seu nome de baptismo. Contando apenas o primeiro nome de cada indivíduo, os 570 homens recensuados

seados partilhavam 35 nomes próprios, e dentre esses 451 (79,2%), chamavam-se António, Domingos, Francisco, José ou Manuel.

Um modo de ultrapassar esta dificuldade consistia em atribuir à criança dois nomes próprios (nomes compostos), como por exemplo Manuel José. Verificou-se a ocorrência de nomes compostos em 93 casos (16,3%). Há que ter em conta, porém, que os cinco nomes mais comuns tendiam a reaparecer nos nomes compostos -o que coloca a questão da consistência de registo, nem sempre existente. E o caso, entre outros de Manuel (José) Martins Gonçalves, casado com Rosa Coelho, e que aparece por duas vezes nos livros de registo de casamento- uma vez com o nome composto, outra apenas com o primeiro.

A fidelidade e consistência de registo assume maior importância no caso dos apelidos. Manuel José Martins Gonçalves e Manuel Martins Gonçalves não eram e a mesma pessoa, pois eram casados respectivamente com Rosa Coelho e Rosa Maria Pires.

O perigo de se assumir que se tratasse do mesmo indivíduo -nomeadamente em casos como o "Tombo" das terras aforadas à Câmara, em que a mulher, quando é mencionada, aparece geralmente sem apelido- fica assim bem patente.

Entre os 176 chefes de família de Carreço foram recenseados 64 apelidos (Tabela II). Incluíram-se nesse rol nomes que aprecem ser (ou ter tido a sua origem como) alcunhas -Pernil, Chula, Cabaninha- ou designativos de lugar como "da Rua".

Este ponto merece ser sublinhado na medida em que revela a dificuldade de identificação dos indivíduos apenas pelo seu nome de registo. Alguns nomes grafados com abreviaturas foram transcritos de acordo com regras simples: Frz por Fernandez, Sva por Silva. Nomes que apresentavam variantes, como Castro e Craste, foram unificados, uma vez que a fixação ortográfica da língua estava longe de ser um dado adquirido.

Uma segunda ordem de questões refere-se ao facto de cada individuo poder ter mais do que um apelido. A formação de apelidos com dois, três ou mais nomes aumenta a possibilidade lógica de identificação, mas levanta também alguns problemas. Um deles -o da consistência de registo- foi já abordado. O outro introduz um elemento potencialmente perturbador em relação ao objetivo deste exercício: o mesmo nome pode aparecer no apelido do pai e da mãe.

Por exemplo, Teresa Fernandes Carvalho era filha de Manuel Fernandes Carvalho e de Maria Fernandes Ramos. O número de casos em que os pais tinham pelo menos um apelido comum eleva-se nos 100 casamentos estudados, a 27. Para os efeitos deste exercício considerou-se que quando o apelido de um (a) filho(a) reproduzia integralmente o do pai ou da mãe, mesmo que houvesse apelidos comuns aos pais, se deveria juntar ao grupo do "pai" ou da "mãe", consoante o caso.

Recenseados que foram os 64 apelidos, e distribuídos segundo a frequência com que apareciam, verifica-se que 11 desses apelidos se integram pelo menos em 10 nomes completos de chefes de família, chegando o nome Fernandes a figurar no de 39 (22,2%). Os valores apresentados na Tabela 2 dão bem conta das dificuldades de identificação positiva dos habitantes de Carreço em virtude da reduzida dimensão do rol de nomes.

A Tabela III apresenta a frequência dos vários modos de formação do nome completo de um individuo a partir do apelido dos pais.

No período estudado, e nas condições já apontadas, 63% dos homens e idêntica percentagem de mulheres formava o seu apelido a partir do nome do seu pai. Por exemplo:

| | | |
|---------------------------|--|---------------------|
| José Pereira | | José Pereira |
| Luisa Alfonso | | |
| Antonio Afonso Castro | | |
| Antonia Mãe Moreira Vales | | Maria Afonso Castro |

O(s) apelido(s) de mãe apenas deram origem ao nome de 9% de homens e 16% de mulheres. De notar que 6 dos 9 rapazes e 8 das 16 raparigas eram ilegítimos.

A formação do nome a partir da composição dos apelidos tanto da mãe como do pai foi seguida em 19 casos masculinos e 17 femininos. Este modo apresentava duas variáveis: tanto podia ser a sequência hoje vigente, Mãe-Pai (9 casos masculinos e 6 femininos) como a que vigora em Espanha, Pai-Mãe (10 casos masculinos e 11 femininos). Vejamos dois exemplos:

| | | |
|--------------------|--|-----------------------|
| Martinho Fernandes | | Joana Fernandes Ramos |
| Joana Ramos | | |

| | | |
|------------------------|--|--------------------|
| Manuel Fernandes Trigo | | António Enes Trigo |
| Antonia Enes | | |

Finalmente, há alguns dados dispersos: em ambos os sexos um indivíduo formou o seu nome sem relação com o dos pais, sendo um deles ilegítimo. Houve também um homem, ilegítimo, que ao apelido da mãe acrescentou um outro (será o do pai?). Dois outros indivíduos acrescentaram apelidos aos que receberam dos respectivos pais.

Vejamos de seguida um outro aspecto do problema da sequência de nomes. A prática generalizada em Portugal nos dias de hoje é a da atribuição de um apelido da mãe e um ou dois do pai, de modo a que estes sejam transmitidos pelo menos à geração subsequente à da criança que os recebe. É uma modalidade nitidamente patrilinear. Neste exercício foi possível seguir, através dos assentos de casamento alguns casos daqueles cujos nomes se formavam a partir da combinação dos apelidos do pai e da mãe.

Apresentam-se de seguida quatro casos:

| | | | | |
|---------------------|--|--------------------|--|----------------------|
| Manuel Pires Servo. | | Manuel Pires Fdes. | | Domingos Pires Fdes. |
| Maria Fernandes | | Maria Enes | | José Pires Fdes. |
| | | | | Teresa Pires Fdes. |

| | | | | |
|--------------------|--|--------------------------|--|------------------------|
| | | António Ramos Marinheiro | | |
| Martinho Fernandes | | Joana Fdes. Ramos | | Rosa Campos Marinheiro |
| Joana Ramos | | | | |

| | | | | |
|-----------------------|--|----------------------|--|--------------|
| | | António Vale | | |
| Manuel Domingues Enes | | Maria Enes Domingues | | Tomasia Vale |
| Joana Enes | | Maria Domingues Enes | | |

| | | | | |
|------------------------|--|----------------------|--|--------------|
| Manuel Fernandes Trigo | | António Enes Trigo | | |
| Antónia Enes | | António Fdes. Enes | | Teresa Fdes. |
| | | Maria Afonso Moreira | | |

O que ressalta com nitidez é a imposição à 3ª geração do modelo dominante de formação dos nomes completos, isto é, atribuir o(s) apelido(s) do pai embora por vezes isso possa implicar a inclusão de um dos da mãe.

O último exemplo merece igualmente ser realçado. No assento de casamento de António com Maria (62ª geração) o nome completo ficou assim registado António Enes Trigo (apelido da mãe + apelido do pai). No assento de casamento de sua filha Teresa Fernandes (nome que não aparecia no dos seus pais), o nome

de Antônio é agora Fernandes Enes (apelido do pai + apelido da mãe). Casos como este, cuja frequência é difícil de estabelecer no âmbito deste exercício, sugerem que a atribuição e Registo de um nome completo por ocasião do casamento não significava a fixação desse mesmo nome.

Tomemos agora o caso de irmãos que nos poderá servir de teste à consistência dos modos de formação de nomes completos. Vejamos alguns exemplos:

| | |
|--------------------------|--------------------------|
| Bernardo Rodrigues Silva | Angelina Enes Silva |
| Tomásia Enes Silva | Domingos Rodrigues Silva |
| Manuel José Morais | Maria Mendes |
| Maria Mendes da Mais | João Morais |
| Filipe Enes Ramos | Maria Enes Ramos |
| Maria Domingues | Manuel Enes Ramos |
| Manuel Fernandes Maceiro | Francisca Fdes. Ramos |
| Francisca Ramos | Teresa Fernandes Ramos |
| Antônio Fernandes Trigo | Agostinho Fdes. Trigo |
| Ana Mã Fernandes Ramos | Maria Fernandes Ramos |
| | Joana Fernandes Trigo |

Os dois primeiros exemplos ilustram uma prática corrente, a da atribuição ao filho dos apelidos do pai e à filha os da mãe. O terceiro caso ilustra a situação padrão dos dias de hoje, e que era a dominante na época sobre que incidiu este exercício: os irmãos são tratados de igual modo, diferenciando-se apenas pelo nome próprio.

Os dois últimos casos ilustram a incongruência de regras. No primeiro duas irmãs têm nomes diferentes, resultando um deles de uma combinação pai/mãe, e o outro da transmissão integral do nome paterno. O último caso mostra uma rapariga e um rapaz com apelidos iguais, e uma outra irmã cujo nome se formou de modo diferente. Se um agregado familiar não aplicava sempre a mesma regra, que dizer da noção de uniformidade que hoje prevalece?

Finalmente vejamos o problema da atribuição de nomes nos casos e que pai e mãe partilhavam um mesmo apelido.

Podemos distinguir três situações:

Manuel Alves
Engrácia Alves

Maria Alves

Manuel Gonçalves Ramos
Francisca Fdes. Ramos

João Gonçalves Ramos

Bernardo Rodrigues Silva
Tomásia Enes Silva

Angelina Enes Silva

No primeiro caso ambos os conjugues têm um só e o mesmo apelido. No segundo partilham um apelido, e o nome do filho corresponde integralmente a do pai. No último a situação base é a mesma, mas o apelido da filha corresponde integralmente ao da mãe.

Na análise feita até agora, considerou-se como adquirindo o nome do pai aqueles indivíduos que comungavam dos dois primeiros casos, e como adquirindo o nome da mãe os do último caso.

Cabe agora uma breve justificação: havendo mulheres sem qualquer apelido é provável que um apelido só, e por maioria da razão quando idêntico ao do marido, represente uma forma diferente de formação do nome, a que hoje estamos habituados: a mulher toma o nome do marido.

No caso dos nomes compostos, e na medida em que eles, ao serem transmitidos em bloco, nos oferecem a sugestão de serem considerados unos (e não meras associações de apelidos), achei preferível favorecer a globalidade em detrimento das partes.

Que efeitos poderão estas considerações ter tido sobre os resultados apresentados? Julgo que poucos. Tal situação existia em 14% dos casos, pelo que, nas conclusões, haverá que aumentar a margem de segurança dos resultados, e que atribuir aos nomes compostos a partir de apelidos de ambos os progenitores uma percentagem ligeiramente maior.

As ilações que se podem tirar deste breve exercício são duas:

- a) A formação do nome completo dos indivíduos, tal como se nos apresenta nos assentos de casamento, não oferece garantias de representar uma fixação definitiva do mesmo.

E possível argumentar que nalguns casos se trata de mero erro por omissão o que, dadas as características do rol de nomes, não é problema de pouca monta; mas outros casos há que revelam nomes diferentes.

A importância deste ponto reside no facto de flutuação dos nomes registados dificultar a aplicação do método de cruzamento nominal de fontes, e apontar para a necessidade de documentar outras características dos indivíduos (data de nascimento, filiação, ocupação, etc.) de modo a reduzir a indefinição que o nome, mesmo completo, necessariamente acarreta.

Por outro lado, esta flutuação dos nomes registados revela que as formas de identificação dos indivíduos na sua própria colectividade nem sempre obedecia aos mesmos critérios do registo oficial. Alcinhas e designações de filiação ou de lugar raramente aparecem nos registos históricos, embora constituíssem certamente um importante meio de identificação, capaz de ultrapassar as dificuldades derivadas do limitado número de nomes próprios e apelidos em uso nessa colectividade.

b) O registo dos nomes completos por ocasião do casamento não obedeciam a um modelo único e uniforme. A modalidade mais frequente, registado em cerca de dois terços dos casos, consistia na adopção do(s) apelido(s) do pai -total ou parcialmente. A adopção dos apelidos da mãe verificavam-se numa reduzida minoria de casos, estando fortemente associada ao problema da ilegitimidade; esta modalidade era mais frequente entre as mulheres que os homens. A combinação de apelidos do pai e da mãe- por esta ordem ou pela inversa, não chegava a representar um quinto dos casos. Curiosamente, nos casos que foi possível seguir até à geração seguinte, a modalidade dominante (atribuição do apelido paterno) impôs-se significativamente. O interesse deste ponto reside na possibilidade que oferece para reapreciar algumas ideias sobre a importância da mulher na organização social minhota. E vasta a literatura que sublinha a posição de especial relevo que a mulher minhota detinha. Essa posição poderia -diria mesmo: deveria- reflectir-se na escolha do(s) seu(s) apelido(s) para identificar a descendência do casal. O que aqui nos apareceu com clareza foi uma situação em que, não havendo regras "legais" a seguir, e sendo a liberdade de escolha vasta, a modalidade patrilinear de formação de nomes dominava todos os demais.

Assim sendo é lícito sugerir que no universo cultural da colectividade em questão, a figura do pai assumia um papel de autoridade suficientemente forte para marcar fortemente a sua descendência, não necessitando de recorrer à sua ascendência (a gerações anteriores) para o conseguir.

Tabela I: Frequência de distribuição de nomes próprios masculinos, Carreço, C. 1930

| <u>Frequência</u> | | <u>Nomes</u> |
|-------------------|-------|---|
| 165 | 28.9% | Manuel |
| 90 | 15.8% | Domingos |
| 70 | 12.3% | António |
| 67 | 10.4% | José |
| 59 | 15.3% | Francisco |
| 26 | | João |
| 16 | | Silvestre |
| 14 | | Tomé |
| 9 | | Agostinho |
| 7 | | Joaquim |
| 5 | | Fernando |
| 4 | | Bernardo, Gualter |
| 3 | | Jacinto, Hipólito, Pedro |
| 2 | | Belchior, Elias, Felix, Luis, Tomás |
| 1 | | Anastácio, Bartolomeu, Caetano, David, Filipe Gaspar, Leonel, Martinho, Matias, Rodrigo, Serafim, Silvano, Valeriano. |

Tabela III: Frequência das modalidades de formação do nome completo, Carreço

| | <u>H</u> | <u>M</u> |
|-------------------|----------|----------|
| Apelido do Pai | 63 | 63 |
| Apelido da Mãe | 9 | 16 |
| Sequência Pai-Mãe | 10 | 11 |
| Sequência Mãe-Pai | 9 | 6 |
| Outro | 9 | 4 |

Tabela 11: Frequência de distribuição de apelidos
de 24 "chefes de família", Carreço,
C. 1830

| <u>Frequência</u> | | <u>Nomes</u> |
|-------------------|-------|---|
| 39 | 22.2% | Fernandes |
| 22 | 12.5% | Ramos |
| 19 | 10.8% | Enes |
| 14 | 8.0% | Afonso, Martins |
| 13 | 7.4% | Alves, Pires |
| 12 | 6.8% | Vale |
| 11 | 6.3% | Silva |
| 10 | 5.7% | Moreira, Neiva |
| 9 | | Gonçalves |
| 6 | | Pereira |
| 5 | | Castro, Coelho, Panza, Domingues |
| 4 | | Campos, Lima, Trigo |
| 3 | | Costa, Laginha, Leitão Pequito, e sem apelido |
| 2 | | Aral, Caroucho, Carvalho, Ceiro, Fontainha, Maceiro, Parente, Rocha, Rodrigues, Seixas, Veloso |
| 1 | | Azevedo, Barreto, Cabarina, Cabo, Carreço, Chula, Corrodoura, Cruz, Franco, Lobo, Lomba, Lourenço, Lucas, Oliveira, Passos, Pernil, Poeta, Quitado, Recramo, Rua, Ribeiro, Salgueiro, Tocha, Vilela, Marinheiro, Moreno, Neto. |

N o t a s

- 1.- Jacques Dupâquier, "Namins-Practices, Dodparenthood, and Kinship in the Vexin 1540-1900", Journal of Family History, 6 (2), Summer 1981, pp. 135-155. Citação de p. 135.
- 2.- E.A. Wrigley (ed.) Identifying People in the Past, Edward Arnold, London, 1973, e em especial o artigo de Ian Winchester aí publicado ("On Referring to Ordinary Historical Persons").
- 3.- Veja-se da autora, Metodo de Exploração do Livros de Registos Paroquiais, Publicações do Centro de Estudos Demográficos do INE, Lisboa, 1980; Exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Reconstituição de Famílias, ed. da autora, Guimarães, 1982; Identificação de pessoas em duas Paróquias do Norte de Portugal, Guimarães, 1983; e a sua tese de doutramento * Guimarães de 1580 a 1819 (Estudo Demográfico), Braga, 1985.

*Separata do Boletim de Trabalhos Históricos
- 4.- A data da sua consulta estes volumes, pertencentes ao Arquivo Municipal de Viana do Castelo, estavam catalogados com os números.
- 5.- A data da sua consulta estes volumes encontravam-se no Arquivo Histórico da Universidade do Minho em Braga. Presentemente conservam-se no Arquivo Distrital de Viana do Castelo.
- 6.- Maria de Fátima Brandão e Rui Graça Feijó, "Entre Textos e Contextos: os estudos de comunidades e suas fontes históricas", Análise Social vol XX (83), 1984, pp. 489-503.
- 7.- Ver, entre outros, Henri Mendras, Sociétés Paysannes, Armand Colin, Paris, 1976, especialmente pp. 75-77.